

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese**

Assembleia Fiscaliza 2022 – 2º Ciclo

— 14/12/2022 —





Relatório de Reunião

Relatório da reunião de prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – entre 1º de janeiro e 30 de novembro de 2022, no âmbito do segundo ciclo do Assembleia Fiscaliza 2022

Reunião conjunta das Comissões:

- Trabalho, da Previdência e da Assistência Social
- Direitos Humanos
- Esporte, Lazer e Juventude
- Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- Defesa dos Direitos da Mulher

- Presidenta da reunião: deputada Andréia de Jesus

Data: 14/12/2022

Horário: 15h30min

Local: Auditório José Alencar — Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Endereço:

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte-MG

CEP: 30190-921



I – Apresentação

Em 14/12/2022, as Comissões do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Direitos Humanos, de Esporte, Lazer e Juventude, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Defesa dos Direitos da Mulher receberam Elisabeth Jucá e Mello Jacometti, titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese, que prestou informações sobre a gestão de sua área de competência relativo ao período de 1º de janeiro a 30 de novembro de 2022, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: clique [aqui](#) ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br >> [Acompanhe](#) >> [Eventos](#) >> [Assembleia Fiscaliza](#).

II – Presenças

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social: deputado Celinho Sintrocel (presidente), deputado Betão e deputado Duarte Bechir.

Comissão de Direitos Humanos: deputada Andréia de Jesus (presidenta), deputada Leninha (vice-presidenta), deputado Betão e deputado Zé Reis.

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude: deputado Zé Guilherme (presidente).

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência: deputado Zé Guilherme (vice-presidente).

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher: deputada Andréia de Jesus (vice-presidente) e deputada Leninha.

Poder Executivo: Elisabeth Jucá e Mello Jacometti, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais temas discutidos durante a reunião foram os seguintes:

Assistência social:

- *Piso Mineiro* → regularização dos repasses atrasados entre 2019 e 2022, com o pagamento do passivo em nove parcelas até fevereiro de 2023 e o adiantamento do repasse do passivo de 2017-2018 para os municípios em situação de emergência ou em estado de calamidade pública em decorrência do período chuvoso. Em 2022, ocorreu reajuste anual de R\$54 milhões para R\$81,7 milhões, e do de referência por família cadastrada no CadÚnico, de R\$2,20 para R\$2,40. Houve também uma atualização da base do CadÚnico, com a inclusão de 880 mil famílias.

- *Rede Cuidar* → ampliação dos recursos do programa, que, por meio de diversas ações, visa o fortalecimento das organizações sociais integrantes da rede de proteção socioassistencial, com o aporte de R\$25 milhões oriundos de emendas parlamentares (também relacionados aos recursos oriundos da reparação pelo rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, de propriedade da Vale S.A., em Brumadinho) e R\$7,25 milhões da Loteria Estadual de Minas Gerais, contemplando 108 unidades de acolhimento a segmentos em situação de vulnerabilidade. Dessas 108 unidades, 69 estão em fase de celebração de convênio.
- *Apoio técnico* → foi ofertado apoio técnico a municípios das 19 Diretorias Regionais da Sedese por meio de 14 encontros e 317 ações coletivas. Como atividade de capacitação foram ofertados cursos na modalidade EAD a 852 municípios e 6.793 vagas de capacitação para conselheiros tutelares.

Trabalho, emprego e renda:

- *Empreenda Jovem* → previsão de qualificação de 1.200 jovens de 18 a 29 anos até o final de 2022, em 10 municípios mineiros.
- *Qualificação profissional pela Utramig* → oferta de 5.088 vagas em cursos técnicos e profissionalizantes em 2022.
- *Catadores de materiais recicláveis* → investimento de R\$1.980.000,00 para o assessoramento de 1.200 catadores em 30 municípios visando à elaboração de um Plano de Coleta Seletiva Solidária e ao fortalecimento da situação jurídica das associações cooperativas de catadores.
- *Ponte digital* → Sistema do Sine implantado em 11 municípios.
- *Economia Popular Solidária* → retorno das 15 Feiras Regionais, com 450 empreendimentos.
- *Parceria com o Senac Gratuidade* → Cursos de qualificação profissional para 2.100 pessoas em situação de vulnerabilidade em 93 municípios.
- *Mapa de demanda por educação profissional* → metodologia que visa alinhar oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional à demanda dos diferentes setores econômicos, orientando a oferta de 3.100 vagas em cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC – em 2022 e 2023 e 110 mil vagas no *Trilhas do Futuro* em Minas Gerais.
- *Trilhas do Futuro* → 40 mil vagas ofertadas em 2022.
- *Monitoramento da efetividade das ações de qualificação e educação profissional no Estado* → ainda não é feito o monitoramento; a perspectiva é de que a Utramig inicie esse monitoramento em 2023.

- *Apoio à geração de trabalho* → não foi informado como se dá a articulação com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede.

Segurança alimentar:

- Apoio à estruturação de 13 bancos de alimentos em 2022, ao custo de R\$20 mil cada, incluindo *freezers*, armários, caixas, carrinhos de mão, armários e outros itens, a depender do plano de trabalho do município.

Erradicação da pobreza e transferência de renda:

- *Transferência de renda por ação do Estado* → não houve em 2022, tendo sido apresentadas informações sobre os repasses realizados e o número de beneficiários em 2020 por meio do Bolsa Merenda e do Renda Minas e, em 2021, por meio do Auxílio Emergencial Mineiro (Força Família, aprovado pela ALMG, em parcela única de R\$600,00).
- *Plano estadual de enfrentamento da pobreza* → compromisso assumido pela secretária no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza de 2022, está em processo de elaboração, em fase de diagnóstico (concluído o diagnóstico quantitativo e iniciado o qualitativo). O plano será denominado *Plano Estadual de Desenvolvimento Social*, não havendo previsão de recursos para suas ações em 2023. Questionada sobre os indicadores da pobreza no Estado, a secretária informou serem os do CadÚnico: cerca de 1 milhão e 200 mil famílias abaixo da linha da extrema pobreza e 300 mil na faixa da pobreza.
- *Fundo Estadual de Erradicação da Miséria – FEM* → questionada sobre a utilização dos recursos do fundo, a secretária informou que não pode contar com tais recursos, uma vez que eles dependem de renovação da legislação para ampliar a vigência das transferências de impostos a ele destinados (parte dos recursos do FEM é utilizada para o pagamento do Piso Mineiro de Assistência Social e não foram informados quais outros programas utilizam os recursos do FEM).

Projeto Percursos Gerais:

- Projeto-piloto desenvolvido em 73 municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH – do Estado, com a articulação de diversas iniciativas visando à trajetória para a autonomia de famílias. O projeto envolve os seguintes percursos: condições básicas (acesso à água), transição (apoio à produção e qualificação) e geração de renda (apoio a empreendimentos solidários). Por meio do projeto, é ofertado também apoio à gestão municipal, com transferência de recursos aos municípios para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social – Suas. Os resultados do projeto para 2022 foram limitados pelo período eleitoral. Em relação às entregas, foi

informada a contratação de 46 novos Sistemas Integrados de Abastecimento de Água – SIAAs; previsão de entrega de 400 novos *kits* de irrigação para 31 municípios e de 500 *kits* de insumos para apoio a produção para 35 municípios; qualificação e assessoramento a 3.600 pessoas em 31 municípios, além de cursos de qualificação para mulheres e ações de esporte para crianças, adolescentes e idosos; e apoio a 313 empreendimentos solidários. Sugeriu-se que as tecnologias para a obtenção de água no semiárido sejam discutidas com as populações locais, pois há farto conhecimento social que deve ser aproveitado e utilizado pelo governo, inclusive, antes de se optar pela perfuração de poços artesianos, que ocasionalmente não conseguem atingir sua finalidade. Sobre isso, a secretária comentou que o projeto Percursos Gerais é piloto e foca no desenvolvimento social local, engloba o estudo de experiências regionais e prioriza o enfrentamento da pobreza, porém o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – já tem licitada a perfuração dos poços artesianos.

Políticas para mulheres:

- *Ônibus Lilás* → quatro caravanas realizadas (total de 17 desde 2019) e mais de 3.700 participantes entre janeiro e maio de 2022, número considerado pequeno pela secretária porém justificado devido aos problemas com o ônibus, agora solucionados.
- *A Vez Delas* → primeiro banco de empregos estadual, com 103 currículos cadastrados, 7 empresas parceiras, 88 vagas disponibilizadas, 14 municípios contemplados. Será realizada uma espécie de capacitação e qualificação para as mulheres antes de serem encaminhadas aos empregos, uma vez que foi identificado uma necessidade de atualização curricular, devido à incompatibilidade dos currículos enviados com as vagas ofertadas. Ainda não ocorreu em consequência das limitações impostas pelo período eleitoral.
- *Minas Programando* → 411 pessoas qualificadas, prioritariamente mulheres, até o fim de 2022.
- *Cerna* → 1.850 atendimentos para 255 mulheres de janeiro a novembro de 2022 (presenciais e *online*, neste caso ampliando a capilaridade para o interior do Estado), contratação de mais quatro psicólogas, capacitadas e monitoradas pelo Cerna, para a Delegacia de Contagem (projeto-piloto, visando qualificar o acolhimento em delegacias não especializadas) e conexão com o *A Vez Delas*.
- *Mulheres no Esporte* → apresentados dados de 2019, 2020 e 2021 quanto à participação de mulheres em diversas atividades (como Bolsa Atleta, Jogos do Interior de Minas Gerais – JIMI – Virtual, Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG) e contempladas pela Lei de Incentivo.
- *Trajeto Moda* → projeto-piloto surgido no âmbito do Percursos Gerais, destinado ao ensino e capacitação de mulheres (qualificação profissional, bolsa-auxílio, materiais e insumos), com priorização daquelas vítimas de violência nas áreas rurais, para que sejam multiplicadoras e formem

células produtivas locais para a prestação de serviços para a indústria da moda, com 11 mulheres formadas em 2022 e, em 2023, previsão de entrega de 159 máquinas de costura para 17 municípios e 259 mulheres atendidas em 22 municípios (adiamento devido às restrições impostas pelo período eleitoral e também à necessidade da articulação para o apoio dos municípios).

- *Centros de Apoio a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica* → criados no âmbito das medidas de reparação da Bacia do Rio Paraopeba (recursos relacionados ao rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, de propriedade da Vale S.A.), com atendimento presencial e virtual nos 18 municípios atingidos na região dessa bacia hidrográfica e tratativas como o Ministério Público e Defensorias Públicas estaduais para que se tornem referência de atendimento e, como modelo, possam ser replicados em todo o Estado.
- *Dignidade menstrual* → necessidade de regulamentação da Lei nº 23.904, de 3/9/2021, que dispõe sobre a garantia de acesso das mulheres em situação de vulnerabilidade social a absorventes higiênicos no Estado. A titular da Sedese esclareceu que já há uma minuta de regulamento para ser discutida e negociada, bem como uma parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – para a produção e posterior aquisição e/ou distribuição de absorventes íntimos em escolas estaduais, unidades básicas de saúde e unidades prisionais.

Habitação:

- Entrega de 3.631 títulos de propriedade, por meio da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab – até novembro de 2022, sendo 1.667 escrituras públicas e 1.964 procedimentos de Regularização Fundiária de Interesse Social – REURB-s.

Recupera Minas:

- Projeto, em 2022, destinado às localidades mais afetadas pelas chuvas no início do ano, com a transferência de cerca de R\$94 milhões para 231 municípios para o atendimento de desabrigados e desalojados e captação de R\$100 milhões por meio do BDMG habitação, estando 10 municípios com cofinanciamento contratado para construção de casas para as pessoas atingidas. Além disso e como já dito, ocorreu o adiantamento do repasse do passivo de 2017-2018 do *Piso Mineiro de Assistência Social*. Em janeiro de 2023 há possibilidade de se adiantar as parcelas ordinárias para as cidades nessa situação.

População em situação de rua:

- Cessão de terreno do Estado no Bairro Santa Inês para a Pastoral Nacional do Povo da Rua para a implantação de *Centro Integrado de Atendimento à População de Rua (Canto de Rua)*, prevista para 2023, com R\$5 milhões advindos de emendas parlamentares (também relacionados aos recursos oriundos da reparação pelo rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, de propriedade

da Vale S.A., em Brumadinho) para realizar 400 atendimentos diários, bem como capacitar, nos 13 municípios com maior concentração dessa população, profissionais e a rede da sociedade civil organizada que atuam na atenção à população em situação de rua. Além de ser um equipamento, o *Canto da Rua* engloba toda uma metodologia e há a previsão de, ao lado, se implementar o *Moradia Primeiro* e, em parceria com o Ministério Público estadual por meio da concessão de aluguel social, a intenção de fazer desse projeto um modelo a ser replicado em todo o Estado.

Política sobre drogas:

- Como ação de apoio técnico da Sedese, o Plano Integrado de Políticas sobre Drogas, destinado a articular todas as políticas existentes nos municípios com foco na prevenção e acolhimento dos usuários de drogas, além do aumento de 35 para 49 entidades parceiras e de três para nove organizações da sociedade civil – OSCs – no Edital de 2021 no escopo da política de prevenção e de 23 visitas *in loco* de monitoramento e fiscalização das instituições parceiras.

Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – Ciptea:

- Mais de 6.600 carteiras emitidas em 459 municípios e previsão de atender todas as pessoas com autismo no Estado, com a emissão de 250 mil carteiras. Em função dessa política, a Sedese foi contemplada em 1º lugar no 7º Prêmio Inova Minas Gerais, na categoria Inovação em Políticas Públicas.

Esportes:

- Realização do JEMG em junho e julho de 2022, com a participação de 31.813 estudantes atletas de 641 municípios em 51 cidades-sede, e, em novembro, do E-JEMG, com 234 estudantes participantes, e do JIMI Paradesportivo, com a participação de 240 pessoas com deficiência. Continuidade do Bolsa Atleta e do Bolsa Técnico, com 157 beneficiários (sendo 104 atletas paralímpicos) e previsão de mais de R\$1,7 milhão para o fomento de 28 modalidades esportivas. Apoio técnico à capacitação de 147 gestores em 79 municípios em 2022 (cerca de 40% do quantitativo apresentado para 2021). No âmbito do Percursos Gerais, atividades Esporte para Crianças (“Geração Esporte” – 3.200 crianças e adolescentes em 32 municípios) e Esporte para Idosos (“Melhor Geração” – 2.200 vagas disponíveis, ainda pendente a adesão dos municípios para implementação). Questionada, a secretária assegurou que querem fomentar a aplicação da Lei do Incentivo ao Esporte no Estado e informou que estão iniciando o planejamento das ações e políticas futuras na área.

Medidas de reparação em Brumadinho e na Bacia do Paraopeba:

- (Relacionadas ao rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, de propriedade da Vale S.A.): Programa de Educação Profissional da Bacia do Paraopeba e fortalecimento dos serviços

socioassistenciais municipais, ambos na etapa ordem de início, além da já citada criação de *Centros de Apoio à Mulheres Vítimas de Violência Doméstica*.

Planos em elaboração:

- Plano Estadual da Primeira Infância (em fase inicial de elaboração, previsto para o segundo semestre de 2023), I Plano Estadual de Políticas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais (com vários parceiros envolvidos, inclusive a Agência das Nações Unidas para Refugiados – Acnur) e Plano Estadual de Habitação, além do já mencionado Plano Estadual de Desenvolvimento Social.

Direitos Humanos:

- Necessidade de se garantir escolta permanente para Dom Vicente de Paula Ferreira, bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, e adoção das medidas necessárias à preservação de sua integridade física, haja vista a recente homologação de sua inclusão no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH (que está no âmbito da Sedese, consoante a Lei nº 21.164, de 2014) devido às graves e constantes ameaças e ataques que tem recebido em razão de sua atuação na defesa dos trabalhadores sem-terra e aos atingidos pela atividade minerária em Minas Gerais e considerando-se, inclusive, que Dom Vicente continua no pleno exercício de seus encargos. A secretária informou que já havia sido solicitada reunião com a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para se estudar essa proteção específica e que estão em curso tratativas junto à PMMG e ao Ministério Público e às Defensorias Públicas estaduais para a construção de um termo de cooperação interinstitucional para aprimorar esse tipo de ação.
- Necessidade de o Estado dar respostas mais efetivas no enfrentamento às violações de direitos humanos, a exemplo do trabalho escravo, do trabalho infantil, da violência e do assédio sexual contra crianças, da tortura e das mortes no sistema prisional, e aos crescentes índices de pobreza e fome e de violência contra a mulher em razão de gênero, visando reduzir todos esses números. Além disso, falou-se da necessidade de o Poder Executivo implementar o previsto legalmente e as políticas já consolidadas, a exemplo das ações contidas no Estatuto da Igualdade Racial e das relacionadas aos povos e comunidades tradicionais, todos esses temas não contidos na apresentação feita pela titular da Sedese a despeito de serem da competência da pasta. A atuação da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, objeto do Fiscaliza Mais na Comissão de Direitos Humanos e sob coordenação da Diretoria de Políticas de Educação e Promoção dos Direitos Humanos da Subsecretaria de Direitos Humanos – SubDH – da Sedese, também foi objeto de comentários. A secretária explicou que há um grande número de políticas a cargo da pasta sob sua gestão, daí ser necessário se fazer escolhas para a apresentação

no âmbito do Assembleia Fiscaliza, inclusive em razão da limitação do tempo para a exposição, contudo há um relatório de cerca de 250 páginas contendo detalhamentos diversos relativos às políticas públicas sob gestão da Sedese, o qual ela se disponibilizou a compartilhar com a ALMG. Comentou-se, ainda, acerca da expectativa de desmembramento da pasta em outras secretarias com o advento da nova gestão federal, dada a necessidade de haver uma secretaria que trate especificamente da pauta dos Direitos Humanos.

- Ressaltou-se a necessidade de universalização e maior robustez para os programas desenvolvidos pela Sedese, com atendimento a um maior número de pessoas e/ou municípios beneficiários, em função da baixa cobertura observada ou do pequeno alcance das ações e iniciativas apresentadas.

IV – Compromissos e encaminhamentos

Compromissos e posicionamentos do Executivo

- Monitoramento das ações de qualificação profissional quanto à efetividade de inclusão no mercado de trabalho.
- Avaliação, em janeiro de 2023, da possibilidade de adiantamento do repasse das parcelas ordinárias do Piso Mineiro para os municípios em situação de emergência ou em estado de calamidade pública em decorrência do período chuvoso.
- Encaminhamento ou apresentação do planejamento das ações e políticas futuras na área do esporte para o presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude desta Casa.
- Providências, junto às instâncias cabíveis, para a implementação das ações necessárias para a proteção específica a Dom Vicente de Paula Ferreira, recentemente incluído no PPDDH.
- Disponibilização do relatório completo das atividades da Sedese em 2022.

Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos

RQN nº 12.559/2022: pedido de providências para a Sedese para a criação de plano de enfrentamento dos impactos das chuvas para comunidades quilombolas, tendo em vista que a grande maioria está localizada em áreas rurais de difícil acesso.

RQN nº 12.558/2022: pedido de providências para a Sedese para a criação e divulgação de canal adequado para a população registrar ocorrências relacionadas aos impactos e danos decorrentes das fortes chuvas, viabilizando a inclusão dos atingidos no Suas, caso seja necessário, e garantindo-lhes o acesso a abrigo provisório, segurança alimentar, atenção à saúde, auxílios, entre outras necessidades.

RQN nº 12.557/2022: pedido de providências para a Sedese para que seja elaborado e divulgado plano de contingência para ações de prevenção, mitigação e recuperação de danos e impactos decorrentes das fortes chuvas no Estado.

RQN nº 12.556/2022: pedido de providências para a Sedese para que seja aplicado o protocolo de atendimento emergencial a migrantes, refugiados, apátridas e retornados do Estado, considerando a

chegada de 20 indígenas venezuelanos da etnia warao ao Município de Belo Horizonte, no dia 13/12/2022, e o fato de que, até o momento, eles se encontram em situação de rua.

RQN nº 12.555/2022: pedido de providências para a Sedese para a implementação da política de enfrentamento das LGBTfobias no Estado, considerando a violência contra mulheres trans perpetrada na exposição “Gente de Bicas”, realizada no Palácio das Artes, em Belo Horizonte.

RQN nº 12.554/2022: pedido de providências para a Sedese, a governadoria do Estado e o Comando-Geral da PMMG para que seja provida, em caráter de urgência, escolta permanente para Dom Vicente de Paula Ferreira, bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, e adotadas todas as medidas necessárias à preservação de sua integridade física, haja vista sua recente inclusão no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH – devido às graves e constantes ameaças e ataques que tem recebido em razão de sua atuação na defesa aos atingidos pela atividade minerária em Minas Gerais e considerando-se que continua no pleno exercício de seus encargos.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2022.

Deputada Andréia de Jesus

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos